

Inclusão de deficientes e a educação física escolar: reflexões a partir das experiências do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)¹

Cristiane Bendersky Keller

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Gustavo Bergmann

Resumo

A inclusão de pessoas com deficiência na educação regular é algo recente e ainda repleto de incertezas. Com relação à educação física não é diferente. Dúvidas, estruturas e materiais inadequados e uma formação fragilizada são os principais obstáculos que os profissionais precisam superar para atuarem com este público. Para entender melhor e contribuir com o aumento do corpo teórico sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar, este texto apresentará algumas definições, uma contextualização histórica, os principais decretos leis, características relacionadas à educação física adaptada e algumas reflexões a partir das experiências obtidas através das atividades realizadas pelo subprojeto educação física o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Para isto, foi realizada uma pesquisa literária e feita as reflexões. O termo deficiência segundo a convenção da Guatemala significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais à vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (Convenção da Guatemala/Decreto 3.956/2001). Inclusão, segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa (1993) significa “ato ou efeito de incluir”. A inclusão dos deficientes na sociedade teve uma longa trajetória que foi marcada fortemente pela exclusão, para compreender melhor essa trajetória é necessário que seja feito um breve levantamento histórico das etapas marcantes da inclusão dos deficientes na sociedade, das suas conquistas e dos seus direitos a educação. Uma vez que é garantida por lei e decretos a inclusão dos deficientes nas escolas de ensino regular esta deve estar preparada para receber os alunos com deficiência. Entre as principais leis e acordos que garantem estes direitos estão: Declaração de Salamanca (1994), Leis de Diretrizes e Bases (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (1997). Através da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação surgiu a Educação Física Adaptada nos cursos de graduação que prevê a atuação do professor de Educação Física com alunos deficientes e outras necessidades especiais. Conhecer a realidade das escolas públicas, sua estrutura, a preparação que recebem os profissionais de Educação Física que ali estão inseridos (formação continuada) e de que forma equilibram as adversidades e diferenças que encontram em suas aulas, essas são características possíveis de serem identificadas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Ter a oportunidade de refletir sobre esse assunto ainda na graduação sabendo que há possibilidade de ter alunos com deficiência nas escolas e nas aulas de Educação Física pode mudar o modo de encarar e tratar a deficiência.

Palavras chave: Deficientes, educação física, escola, PIBID.

Agência Financiadora: PIBID/CAPES 2012.

¹ Resumo apresentado no IV Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Pampa (UNPAMPA), ocorrido em Bagé/RS entre os dias 26, 27 e 28 de novembro de 2012, e publicado nos anais do evento.